



## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2016

1 Aos 12 dias do mês de setembro de 2016, se reuniram no centro de educação  
2 ambiental, localizado no interior do parque Arthur Thomas, os conselheiros e demais  
3 pessoas constantes da lista de presença em anexo. A presidente Margareth A.  
4 Pongelupe abriu a reunião às 17:35 horas. **1.1 – Leitura da Ordem; 1.2 – Justificativa**  
5 **de Ausências:** João Evanir Tescaro Junior, José Paulo da Silva, Carla Fernanda Paiva  
6 Cordeiro, Renan Kleber de Oliveira, Ângelo Barreiros. **2.1 – Ofícios Recebidos:** foi  
7 dado conhecimentos ao presente dos ofícios recebidos e não houve comentários. **2.2 –**  
8 **Ofícios Expedidos:** foi dado conhecimentos ao presente dos ofícios recebidos e não  
9 houve comentários. **3.1 – Aprovação de Ata da 7ª Reunião Ordinária:** colocado em  
10 votação e aprovado por unanimidade a ata da reunião ordinária do mês de julho. **3.2 –**  
11 **Explicação da Secretaria Municipal do Ambiente sobre fiscalização e**  
12 **arborização.** O diretor operacional da Secretaria Municipal do Ambiente, em  
13 atendimento ao convite deste Conselho, compareceu à reunião extraordinária e falou  
14 sobre o parecer para supressão de um flamboyant. De acordo com o diretor, havia  
15 problemas de acessibilidade no local e o intuito é a remoção da árvore incluindo o toco,  
16 com o plantio de duas mudas, relatando ainda que já se manifestou contrário ao corte  
17 da árvore há tempos atrás, mas como há o compromisso do proprietário do imóvel para  
18 a remoção do toco, deu o parecer favorável para remoção. O conselheiro Gustavo  
19 Goes perguntou se houve a autorização para a remoção da árvore, e discordou do  
20 parecer da SEMA para erradicação da referida árvore. Marcus Vinicius informou não  
21 ser possível o corte das raízes, devido ao risco de fragilizar a árvore e provocar sua  
22 queda. Gustavo comentou que há outras tecnologias para preservar o vegetal. A  
23 Presidente Margareth comentou que o PROVERDE poderia propor projetos que  
24 objetivassem a acessibilidade e a preservação da árvore. A Dra. Solange perguntou se,  
25 nestes casos, a SEMA também condiciona a execução do piso tátil, e enfatizou a  
26 necessidade de se cobrar que as calçadas tenham acessibilidade. Roberta comentou  
27 sobre o PROVERDE, dizendo que seus recursos não poderiam ser usados em  
28 questões de acessibilidade, apenas no diagnóstico da arborização. Dra. Solange



## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2016

29 complementou que o município perdeu a capacidade de fiscalizar os danos à  
30 arborização e comentou que a arborização pública é um patrimônio público. Dra  
31 Solange comentou que há vários motivos para que a população solicite a remoção das  
32 árvores, como concorrência com fachadas de lojas, placas de publicidade e  
33 entupimento de calhas. Roberta fez uma sugestão do seguinte encaminhamento: que a  
34 SEMA e o SMOP fiscalizem apenas uma vez as obras para concessão de Habite-se.  
35 Após esclarecimentos do conselheiro Gerson referente à fiscalização da SEMA,  
36 Roberta retirou sua proposta. Sobre o checklist, a Dra. Solange relatou que a SEMA  
37 deveria ampliar a fiscalização dos itens que são exigidos, como a impermeabilização  
38 da água da chuva. Sugestões de encaminhamentos de Gustavo Góes: visita técnica da  
39 Câmara Técnica do CONSEMMA no endereço da árvore a ser erradicada; inserir no  
40 edital do PROVERDE as demandas do setor de arborização e, de acordo com a última  
41 Conferência, Dra. Solange propõe que sejam doadas mudas de árvores para reporem  
42 os lugares com falhas nos casos de corte, e que além de multa os processos devem  
43 ser remetidos ao Ministério Público para serem tratados como crime ambiental;  
44 Margareth sugere que sejam exigidas mudas com estatura maior; Marcus Vinicius  
45 continuou explicar como fazer as podas, e que a época de poda não é respeitada,  
46 devido ao porte da cidade, e que as denúncias para fiscalização podem ser feitas por  
47 telefone e e-mail. Dra. Solange sugeriu a capacitação para os fiscais e que as  
48 situações de maus tratos aos animais também precisam ser fiscalizadas. **3.3 –**  
49 **Liberação de recurso para o PROVERDE:** A conselheira Roberta Queiroz iniciou sua  
50 fala informando que o Projeto de Lei proposto pelo Executivo repassando os recursos  
51 do ICMS Ecológico para o FMMA é muito positivo, já que nos últimos anos os repasses  
52 previstos ficaram na promessa e pede ajuda do Ministério Público para continuar  
53 cobrando e de fato viabilizar os repasses. Gustavo Goes questionou a senhora  
54 Promotora sobre os recursos que não foram repassados nos últimos anos, mesmo o  
55 Prefeito tendo assinado o termo de compromisso no período pré-eleitoral. Roberta  
56 sugere como pauta para a próxima reunião ordinária a discussão sobre o assunto. A



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2016**

57 servidora Graziella, da SEMA, justificou a necessidade de repasses para o  
58 licenciamento ambiental municipal, em seguida, a coordenadora da Câmara Técnica do  
59 FMMA, Roberta, expôs aos presentes os pedidos de recursos referentes ao  
60 PROVERDE, Licenciamento e para os Parques Municipais Arthur Thomas e Daisaku  
61 Ikeda. Dra. Solange cobra a fiscalização da medida compensatória da SANEPAR  
62 referente à passagem do segundo emissário no interior do Parque Arthur Thomas.  
63 Marcus informou que o saldo de tal medida está em torno de R\$ 1.028.000,00. Em  
64 relação ao prazo proposto pela Câmara Técnica do FMMA de seis meses para  
65 utilização dos recursos liberados pelo Conselho, a plenária incluiu a possibilidade de  
66 prorrogação por igual período. Foi aprovado o envio de Ofício para a CMTU se  
67 manifestar sobre o cronograma para usos de recursos liberados para os PEVs. Dra.  
68 Solange propõe que, antes de aprovar os recursos para o Parque Municipal Arthur  
69 Thomas, seja cobrado o repasse da SANEPAR mencionado anteriormente e propôs  
70 que a revisão dos planos seja realizada pelas universidades como trabalho de  
71 conclusão de curso e projetos de pesquisas. Considerando a relevância do assunto e a  
72 necessidade de aprovação, propõe que a vaga destinada às instituições de ensino não  
73 seja computada para a contagem do quórum, assim como o afastamento do  
74 conselheiro José Paulo. Desta forma, os dezessete conselheiros presentes atendem o  
75 disposto ao Regimento de 2/3 de conselheiros para a aprovação de recursos  
76 financeiros. Sendo assim, foram colocados em votação apenas os recursos que  
77 necessitam urgência: Aprovação para PROVERDE, R\$400.000,00, aprovado por  
78 unanimidade com fonte 079 e aprovação de recursos financeiros para viabilizar a  
79 implantação do Licenciamento para o município de Londrina, também aprovado por  
80 unanimidade. Recursos para a implantação do Licenciamento Ambiental, aprovado o  
81 valor integral solicitado pela Secretaria Municipal do Ambiente de R\$ 132.072,00 com a  
82 fonte 079. Dra Solange informou que há necessidade de averiguar o cumprimento das  
83 exigências previstas na Lei de antenas de telecomunicação. Não havendo mais  
84 assuntos a serem tratados, a reunião foi declarada encerrada às 19h30min., sendo



**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2016**

85 lavrada a presente ata que, se lida e achada de acordo, segue assinada por mim,  
86 Gerson Galdino, secretário designado, e pela senhora Presidente, Margareth de  
87 Almeida Pongelupe.